

O ALUNO DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: UM SUJEITO ATIVO NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Maria Júlia Campos Guerra¹

Júnia Nogueira Neves²

Eliane de Oliveira dos Santos³

Ana Paula de Sousa Rocha⁴

Edna da Conceição Canedo Barros⁵

GUERRA, M. J. C.; NEVES, J. N.; SANTOS, E. de O. dos; ROCHA, A. P. de S.; BARROS, E. da C. C. O aluno da educação à distância: um sujeito ativo na avaliação institucional. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 15, n. 2, p. 319-354, jul./dez. 2015.

RESUMO: A modalidade de Educação à Distância (EaD) vem se expandindo no Brasil e possibilitando a ampliação do acesso ao ensino superior para os brasileiros. Juntamente com a EaD, cresce a necessidade de se ofertarem cursos que tenham qualidade e que atendam às necessidades da população que almeja ampliar seus estudos. Nesse contexto, a Avaliação Institucional (AI) é imprescindível, pois, a partir dos resultados obtidos, pode-se planejar melhor as práticas pedagógicas e buscar melhorias para se atingir a qualidade no ensino à distância. Nesse sentido, entendendo que a AI é realizada também por alunos da EaD, que são sujeitos ati-

¹Aluna do Curso de Especialização em Planejamento Implementação e Gestão da Educação à Distância da Universidade Federal Fluminense, RJ. Mestra em Saúde Coletiva; Especialista em Saúde da Família e em Gestão em Saúde Pública. Cirurgiã-Dentista do Município de Areal, RJ.E-mail: majuguerra@hotmail.com

²Tutora bolsista do curso de Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação à Distância da Universidade Federal Fluminense, RJ. Doutora em Teoria Literária pela UFRJ. Docente da Cooperativa de Ensino São Bento, em Angra dos Reis, RJ.E-mail: neves.junia@gmail.com

³Aluna do Curso de Especialização em Planejamento Implementação e Gestão da Educação à Distância da Universidade Federal Fluminense, RJ. Especialista em Planejamento e Docência do Ensino Superior. Docente do Município do Rio de Janeiro, cedida à SEEDUC - Estado do Rio de Janeiro. Atualmente trabalhando com a educação de jovens e adultos. E-mail: prof.elianeos@gmail.com

⁴Aluna do Curso de Especialização em Planejamento Implementação e Gestão da Educação à Distância da Universidade Federal Fluminense, RJ. Mestra em Educação. Diretora / Coordenadora da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do estado do Rio de Janeiro – CECIERJ. E-mail: apaulatr@yahoo.com.br

⁵Aluna do Curso de Especialização em Planejamento Implementação e Gestão da Educação à Distância da Universidade Federal Fluminense, RJ. Bióloga. Docente do Ensino Fundamental do Município de Paty do Alferes, RJ.E-mail: ednacanedobarros@gmail.com

vos e responsáveis por esse processo avaliativo, faz-se mister destacá-los nesse processo avaliativo. Assim, o presente trabalho objetiva identificar o perfil dos alunos da EaD, destacando competências e habilidades necessárias a esses alunos, assim como a importância deles como sujeitos participantes da Avaliação Institucional. Esse trabalho faz parte de uma pesquisa de revisão literária mais ampla, cujo objetivo principal foi analisar a importância da Avaliação Institucional no contexto da EaD e seu papel como agente e como um indicador de qualidade para a modalidade no Brasil. Quanto ao perfil do aluno EaD, chegou-se à conclusão de que ele deve ser um sujeito organizado, responsável, ter autonomia e postura ativa e participativa no ambiente virtual, além de possuir automotivação, saber trabalhar em equipe e interagir com os outros sujeitos – colegas, professores e tutores. Em geral, a maioria dos alunos EaD é mulher, tem idade entre 18 e 30 anos, estuda e trabalha ao mesmo tempo. Ao conhecer o perfil do aluno EaD, pode-se compreender melhor suas expectativas e motivações, assim como suas dificuldades e insatisfações reveladas durante um processo avaliativo. É essencial que o aluno avalie verdadeiramente a estrutura e a dinâmica da instituição, pois, desta forma estará contribuindo para as melhorias na qualidade do ensino e no atendimento prestado à sociedade. E ainda, é igualmente fundamental que a Instituição conheça o perfil do seu aluno, a fim de adequar os planejamentos à realidade que está atendendo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação à Distância; Avaliação Institucional; Perfil do aluno da EaD.

DISTANCE EDUCATION STUDENTS: AN ACTIVE SUBJECT IN THE INSTITUTIONAL ASSESSMENT

ABSTRACT: The Distance Education (DE) has increased in Brazil and enabled the expansion of access to higher education for Brazilians. Together with the Distance Education, there is the need for quality courses that meet the needs of the population, aiming to extend their studies. In this context, the Institutional Evaluation (IE) is essential, because from the results obtained, pedagogical practices can be better planned and improvements can be sought to achieve quality in Distance Education. In this sense, understanding that the Institutional Evaluation is also performed

by Distance Education students, who are active subjects and responsible for this evaluation process, it is necessary to highlight their participation in this evaluation process. Thus, this work aims to identify the profile of the distance education students, emphasizing the competences and abilities necessary for these students as well as their importance as subjects in the Institutional Evaluation. This work is part of a broader literature review research, whose main objective is to analyze the importance of Institutional Evaluation in the context of distance education and its role as an agent and as a quality indicator for the modality in Brazil. Regarding the profile of the distance education student, it is concluded that he must be organized and responsible, must have autonomy, be active and be participative in the virtual environment, besides being self-motivated, knowing how to work as a team and interact with other individuals - classmates, teachers and tutors. In general, most of the distance education students are female, from 18 to 30 years old, who study and work at the same time. By knowing the profile of the distance education student, one can better understand his/her expectations and motivations, as well as their difficulties and dissatisfactions revealed during an evaluation process. It is essential that the student truly evaluates the structure and the dynamics of the Institution, because this way he/she will be contributing to the improvement in the quality of education and in the service provided to the society. Furthermore, it is also essential that the Institution knows the profile of its student, in order to adapt the planning to the reality of those who are attending.

KEYWORDS: Distance Education; Institutional Evaluation; DE Student profile.

ESTUDIANTE DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA: UM SUJEITO ATIVO EN LA EVALUACIÓN INSTITUCIONAL

RESUMEN: El modo de Educación a Distancia (EaD) ha aumentado en Brasil y permitido la expansión del acceso a la educación superior a los brasileños. Junto con la Educación a Distancia, crece la necesidad de una oferta de cursos que tengan calidad y que atiendan a las necesidades de la población que tiene como objetivo ampliar sus estudios. En ese contexto, la Evaluación Institucional (EI) es esencial, por lo tanto, a partir de los

resultados obtenidos, es mejor que podamos planificar las prácticas pedagógicas y buscar mejoras para lograr la calidad en la educación a distancia. En ese sentido, teniendo en cuenta que la EI también se lleva a cabo por los estudiantes de la educación a distancia, que son sujetos activos y responsables de ese proceso de evaluación, se hace mister resaltarlos en ese proceso de evaluación. Así, ese estudio tiene como objetivo identificar el perfil de los estudiantes de Educación a Distancia, destacando las cualificaciones y habilidades necesarias para esos estudiantes, así como la importancia de ellos como sujetos participantes de la Evaluación Institucional. Ese trabajo es parte de una investigación de revisión de literatura más amplia, cuyo objetivo principal ha sido analizar la importancia de la Evaluación Institucional en el contexto de la Educación a Distancia y su papel como agente y como indicador de calidad para la modalidad en Brasil. En cuanto al perfil del estudiante de la Educación a Distancia, se llegó a la conclusión de que él debe ser un sujeto responsable, organizado, tener autonomía y posición activa y participativa en el entorno virtual, además de poseer auto-motivación, saber trabajar en equipo y relacionarse con otros sujetos - compañeros de clase, profesores y tutores. En general, la mayoría de los estudiantes de Educación a Distancia son mujeres, tienen entre 18 y 30 años, estudian y trabajan al mismo tiempo. Al conocer el perfil del estudiante de Educación a Distancia, se puede comprender mejor sus expectativas y motivaciones, así como sus dificultades e insatisfacciones reveladas durante un proceso de evaluación. Es esencial que el estudiante evalúe verdaderamente la estructura y la dinámica de la institución, porque de esta manera estará contribuyendo para mejorías en la calidad de la enseñanza y la atención dada a la sociedad. Y, aún, es esencial que la Institución conozca el perfil de su alumno, para adecuar las planificaciones a la realidad.

PALABRAS CLAVE: Educación a Distancia; Evaluación Institucional; Perfil del alumno de la Educación a Distancia.

1 INTRODUÇÃO

No cenário da educação brasileira, a Educação à Distância (EaD) se apresenta como modalidade alternativa para atendimento à demanda de formação superior. Sendo assim, para oferecer cursos de qualidade,

observa-se a necessidade de se implementarem políticas públicas que permitam a consolidação desses cursos, tanto no aspecto quantitativo, quanto no qualitativo. Nesse contexto, inclui-se a necessidade de um planejamento eficaz dos processos educativos, o qual permeia todos os momentos de um curso na modalidade à distância, desde a sua concepção até a avaliação, incluindo sua gestão e operacionalização.

Quanto aos processos avaliativos que fazem parte do planejamento de um curso à distância, faz-se mister destacar a Avaliação da Aprendizagem e a Avaliação Institucional (AI), esta última objeto principal do trabalho final do qual faz parte esse presente estudo. E no contexto da AI destaca-se ainda o aluno EaD, um sujeito ativo nesse processo avaliativo, objeto específico do presente estudo.

Segundo Gonçalves (2012), a Avaliação Institucional visa a produzir melhorias no processo pedagógico e nos cursos que a instituição oferece. Assim sendo, considerando que o intuito do processo avaliativo é servir como indicador da qualidade do ensino e da instituição educacional, torna-se imprescindível compreender quem são os atores envolvidos nesse processo, os quais são responsáveis por avaliar de forma fidedigna a dinâmica e o funcionamento da instituição.

Assim, partindo do princípio de que a Avaliação Institucional ocorre por meio de um processo avaliativo realizado também pelos estudantes e permite a autoavaliação do professor e da própria instituição (GONÇALVES, 2012), pode-se dizer que o aluno é um dos atores essenciais nesse processo avaliativo. Assim sendo, o objetivo principal do presente estudo é identificar o perfil dos alunos da EaD, destacando competências e habilidades necessárias a esses alunos, assim como a importância dos mesmos como sujeitos participantes da AI.

Justifica-se a escolha do objetivo principal deste estudo pelo seguinte: como o aluno tem um papel fundamental no processo de avaliação, é imprescindível conhecer quem é ele, identificar o seu perfil e suas habilidades para compreender suas expectativas e anseios. É essencial que o aluno avalie verdadeiramente a estrutura e a dinâmica da instituição, pois, desta forma, estará contribuindo para as melhorias na qualidade do ensino e no atendimento prestado à sociedade. E também é igualmente fundamental que a Instituição conheça o perfil do seu aluno, a fim de adequar os planejamentos à realidade que está atendendo.

Como estratégia metodológica, optou-se por fazer um estudo de revisão da literatura. A partir de uma abordagem qualitativa, com objetivo descritivo, este trabalho foi construído por meio de pesquisa bibliográfica teórico-reflexiva a fim de aprofundar as questões referentes à Avaliação Institucional e ao perfil do aluno da EaD, bem como a importância do mesmo no processo avaliativo. Foi feita uma revisão de literaturas pertinentes e atualizadas, de até cinco anos, sem deixar de lado textos fundamentais, ainda que mais antigos. Tais materiais foram enriquecidos por cotejos com os dados que se puderam aferir das leituras e levantamentos realizados na busca de estabelecer as relações cabíveis na análise das questões levantadas.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para refletir sobre o perfil, habilidades e competências do aluno da EaD, faz-se mister contextualizar os processos avaliativos na EaD, especificamente a Avaliação Institucional, assim como compreender a importância do aluno responsável pela AI nessa modalidade de educação.

2.1 PROCESSOS AVALIATIVOS NA EAD: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E INSTITUCIONAL

A avaliação é parte fundamental do processo ensino-aprendizagem e, nos dias de hoje, tem ganhado cada vez mais espaço no contexto institucional. A concepção de avaliação varia no tempo e no espaço. Há concepções cujo foco está em quantificar, outras em atribuir juízo de valor, enquanto há aquelas que contemplam as duas dimensões. Acredita-se na avaliação como processo que permite mensurar o valor de algo, a partir de atributos preestabelecidos, permitindo analisar a realidade em favor do atendimento das necessidades educacionais, considerando alunos, professores e o sistema, servindo como instrumento para tomada de decisões que levem a melhorar o objeto da avaliação (TURRA, 1988; SINDER, 2014).

Assim, entendendo que a avaliação é um processo intencional e formal, há que se pleitear que, na contemporaneidade, ela viabilize uma aprendizagem que permita a consolidação da autonomia do sujeito, pro-

cesso que se dá na “conflitualidade de ideias e argumentos que devem circular livremente entre professor-alunos/alunos-alunos, visando construir conhecimento socialmente válido, especialmente no ensino superior, cujo compromisso é o de formação humana”. (SORDI, 2004, p.172)

Turra (1988), dentre outros teóricos da educação, aponta três tipos de avaliação: a diagnóstica, que visa identificar interesses, possibilidades e necessidades educacionais dos alunos; a formativa, que apresenta função de controle (parcial/final) ou de correção; e a somativa, considerada classificatória ou tradicional. A avaliação não pode ficar restrita à função de controle, como classificação quantitativa; antes, deve estabelecer relação mútua entre aspectos quantitativos e qualitativos. De acordo com o que estabelece a Lei 9.394/96 quanto ao desempenho do aluno, a avaliação deve ser contínua e cumulativa, “com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;” (art. 24, inciso V. alínea “a”, p.12).

Para Gonçalves (2012), a avaliação não deve apenas implicar em aprovação ou reprovação, em determinar o sucesso ou o fracasso do aluno. Segundo a autora:

A prática avaliativa deve promover o aluno de forma individual e coletiva. A avaliação precisa cumprir sua finalidade educativa de indicar mudanças para a inclusão e integração do sujeito na sua aprendizagem e na vida social, ou seja, de colaborar para a transformação do ser e para a transformação social (GONÇALVES, 2012, p. 07).

Conforme Luckesi (2013), a avaliação da aprendizagem tem como objetivos: auxiliar o aluno no seu processo de desenvolvimento pessoal e prestar informações à sociedade acerca da qualidade do trabalho realizado pela instituição. Portanto, avaliação deve permitir verificar o impacto de determinadas medidas, oferecendo subsídios para tomadas de decisões, a fim de oferecer educação de qualidade, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade à distância, que vem assumindo importante lugar na educação brasileira.

Faz-se necessário observar a natureza e as especificidades desta modalidade de ensino, conforme instrui o Art. 1º do Decreto Nº 5.622, de 19/12/2005. O documento legal apresenta a EaD como uma modalida-

de de ensino cuja mediação do processo ensino-aprendizagem se dá por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), permitindo a comunicação entre os atores desse processo e o desenvolvimento de atividades educacionais em tempos e lugares diversos (BRASIL, 2005). O parágrafo primeiro do referido Decreto determina que a EaD deve ser organizada por meio de metodologia, gestão e avaliação que atendam às suas peculiaridades. Também estabelece a obrigatoriedade de momentos presenciais para situações de avaliação dos alunos, atividades de laboratórios, estágios e defesas de Trabalho Final de Curso (TFC).

Considerando que o processo avaliativo tenha, como um de seus objetivos, a formação de alunos autônomos - que busquem os próprios caminhos para a construção do pensamento tanto na educação presencial, quanto na EaD, nesta ele se dá de forma mais complexa, devido ao distanciamento do geográfico e temporal (ZÍLIO; MACHADO, 2012).

Segundo Maia, Mendonça e Góes (2005), a avaliação em EaD também é desafiadora pelo fato de os professores não possuírem os indicadores verbais e visuais que auxiliam na avaliação. Além disso, muitos instrumentos de avaliação não podem ser utilizados na modalidade à distância, pois requerem a presença física dos alunos.

Nunes (2012) afirma que o tema avaliação em EaD ainda tem recebido pouca atenção por parte dos pesquisadores. Para a autora, a avaliação deve considerar o projeto pedagógico do curso, a existência de tutoria presencial e/ou à distância, as tecnologias de informação e comunicação utilizadas, o ambiente virtual de aprendizagem e suas ferramentas avaliativas, entre outras características particulares de cada projeto e instituição.

Contudo, embora os estudos e trabalhos no âmbito da EaD sejam incipientes, pesquisas recentes apontam que esta modalidade pode chegar a níveis de qualidade equivalentes ou superiores à modalidade presencial. Segundo afirmam Bertolin e Marchi (2010):

(...) as pesquisas avaliativas da educação à distância estão centradas ora na comparação com a educação presencial, com ênfase nos aspectos de resultados; ora nas plataformas/ambientes de aprendizagem virtual, com ênfase no processo. Ou seja, as avaliações de EaD desenvolvidas até o momento não abordam todos os aspectos do desenvolvimento da modalidade, isto é,

entradas, processo e resultados (BERTOLIN; MARCHI, 2010, p. 133).

Em relação à avaliação institucional, Gonçalves (2012) afirma que ela é realizada contando com a avaliação discente, o que possibilita a autoavaliação por parte dos docentes e da instituição. Esse processo de avaliação é permanente e viabiliza a análise dos fatores: ensino, pesquisa e extensão (a tripla função do ensino superior), a fim de identificar tanto os progressos e possibilidades, como as falhas e retrocessos das Instituições de Ensino Superior (IES). Assim, os resultados desse processo avaliativo fornecerão mecanismos de correção, viabilizando propostas coerentes e eficazes, no sentido de promover transformações pedagógicas e administrativas, a fim de gerar a melhoria da qualidade do ensino superior brasileiro. A autora ainda afirma:

(...) devido às exigências educacionais atuais, a avaliação deixa de ter um caráter destituído de sentido e passa a ter uma dimensão reflexiva, crítica e emancipatória constituindo-se num importante instrumento que serve como indicador da qualidade do ensino e da instituição educacional (GONÇALVES, 2012, p. 01).

A avaliação institucional deve se estabelecer numa visão que considere os fatores sociais, políticos, críticos de mercado, sem se prender a modelos estáticos e exclusivos, a serviço de um pensamento dominante. As IES devem zelar pela prática de uma avaliação que vise à produção e expansão de conhecimento, prescindindo da avaliação repressora e controladora (LIMA; FARIA, 2011).

Gonçalves (2012) assinala a necessidade de se refletir sobre os pressupostos epistemológicos que fundamentam o processo avaliativo, a fim de que sejam privilegiadas as práticas que favoreçam a emancipação e a democracia no âmbito da educação nacional. Para a autora, é importante considerar que:

(...) a avaliação, seja ela da aprendizagem ou institucional, não pode estar a serviço da legitimação e da legalização da hierarquia social, consolidando a divisão de classes na socie-

dade, não pode ser utilizada como objeto de competitividade, de disputa de poder, de marginalização ou de exclusão social. É função social do professor ou dos agentes envolvidos nas avaliações institucionais, por meio da sua forma de avaliar, não perenizar a hierarquia social, mas perseguir o objetivo de promoção humana. Assim, em consonância com as exigências educacionais atuais, a avaliação deixa de ter um caráter destituído de sentido e passa a ter uma dimensão reflexiva, crítica e emancipatória constituindo-se num importante instrumento que serve como indicador da qualidade do ensino e da instituição educacional (GONÇALVES, 2012, p. 07).

Esta revisão literária permite perceber que a avaliação institucional tem-se configurado como instrumento decisivo na busca pela qualidade de ensino no Brasil, o que a leva ascender em grau de importância, despontando como uma prioridade dentro das políticas públicas voltadas para a educação brasileira. Tendo suas bases firmadas na Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), a avaliação institucional se destina a oferecer à sociedade informações sobre as instituições de ensino, além de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996, Art. 9, Inciso VI). Para tanto, o governo dispõe de instituições que se incumbem de normatizar e estabelecer parâmetros para os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Assim, a história da Educação brasileira foi marcada por diferentes modalidades de avaliação institucional implementadas pelo governo federal, sobretudo a partir “dos anos 90, em momento anterior à própria LDBE (Lei das Diretrizes e Bases da Educação), são o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), a Prova Brasil, a Provinha Brasil, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).” (SINDER, 2014, p. 02). A importância que esse período teve mereceu de a denominação de “década da avaliação” (DIAS SOBRINHO, 2002, p.98). Nesse sentido, Silva e Gomes (2011) destacam:

A avaliação consolida-se na agenda das políticas de educação su-

perior, por um lado, devido à importância que alcançou na comunidade acadêmica como de legitimação de práticas das instituições de educação superior; por outro, pela reestruturação do Estado brasileiro a partir de meados de 1995 (SILVA; GOMES, 2011, p. 574).

Desta forma, pode-se dizer que a avaliação institucional tem ocupado um espaço importante no campo das políticas universitárias, governamentais e em alguns organismos internacionais de financiamento da educação (DIAS SOBRINHO, 2000). Nesse contexto, o SINAES estabelece três processos avaliativos: avaliação das IES mantidas pelo governo federal, avaliação externa das demais IES e dos cursos; avaliação dos estudantes, por meio do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes); avaliação interna das IES. Cabe registrar a grande importância do terceiro processo, pois é através da autoavaliação que os cursos e as IES construíram sua autonomia avaliativa (JESUS; SANABIO; MENDONÇA, 2013). Desta forma:

Se a universidade é uma instituição dinâmica, seus processos avaliativos também o são. O respeito às singularidades institucionais não recomenda a adoção de medidas ou procedimentos universais, incontestáveis ou absolutos. Se a avaliação permite uma aprendizagem institucional, sendo ela mesma um desses processos, deve conduzir o seu desenvolvimento pela própria avaliação, ou seja, ela deve prever a sua meta-avaliação, em uma busca da coerência interna com seus princípios e finalidades. Trata-se de um conceito que aponta a superação de uma avaliação meramente descritiva da universidade, em favor de um processo de identificação e hierarquização dos problemas, que possibilite o envolvimento dos atores também na busca das soluções e que, portanto, colabore para o desenvolvimento humano da instituição e a qualidade acadêmica de seus processos (ABREU JUNIOR, 2009, apud JESUS; SANABIO; MENDONÇA, 2013, p. 05).

De tal modo, cabe salientar que, segundo declara Dias Sobrinho (2002) a avaliação tem sua origem nas escolas e no cotidiano da prática educativa de aprendizagem. Entretanto, quando ultrapassa os muros da escola, a avaliação começa a perder a intencionalidade educativa e passa

a ser uma questão de Estado e das reformas educacionais. Por este motivo, a avaliação institucional tornou-se um dos temas de maior interesse e foco de conflitos no âmbito da educação superior no Brasil. Segundo o autor, o interesse não acontece apenas pelo potencial de transformação qualitativa, ou de evolução pedagógica e de maior eficácia na gestão, como espera a comunidade acadêmica. Ela também se estabelece conforme as exigências de regulação e de controle dos Estados sobre o ensino superior.

No âmbito da educação à distância, a avaliação institucional também ocupa um lugar de importância, tendo em vista que a EaD se constitui numa alternativa para atender às demandas de democratização da educação de qualidade por meio de seu aparato tecnológico. A EaD contribui para a viabilização da formação cidadã, numa sociedade mais igualitária e, portanto, constitui-se como fundamental no contexto da sociedade tecnológica em que a educação está inserida. (NETTO; GIRAFFA; FARIA, 2010)

A proposta qualitativa, formativa e emancipatória de avaliação institucional teve início a partir de 1993, por meio do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que previa a avaliação interna, externa e a reavaliação das instituições de Ensino Superior. Ainda nos anos de 1990, após a criação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), o credenciamento dessas instituições tornou-se temporário e suas avaliações passaram a priorizar três dimensões: a avaliação das condições de ensino, a avaliação discente, por meio do Provão, e o censo da educação superior (GONÇALVES, 2012).

A partir da LDBEN - Lei nº 9394 (BRASIL, 1996), o processo avaliativo da EaD no Brasil ganhou espaço. Esta lei prevê a necessidade de estabelecer requisitos para autorização e controle do ensino à distância no país. Com o advento da internet, a EaD tem ganhado novas dimensões por todo território nacional (BARRETO, 1999; NISKIER, 2007). Dessa forma, a necessidade de controle para garantia de um ensino à distância, que seja de qualidade, é imprescindível.

Em 2004 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com objetivo de promover a melhoria e a expansão deste nível de ensino. O referido sistema avalia todos os aspectos

que envolvem os eixos: ensino, pesquisa e extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações, além de possuir uma série de instrumentos complementares. O objetivo do SINAES é delinear um panorama de qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País (BRASIL, 2004).

Além dos SINAES, o Decreto nº 6.303/2007 orienta os procedimentos para o processo de avaliação institucional na EaD (BRASIL, 2007). Em conformidade com este decreto, a Secretaria de Regulação e Supervisão Superior (SERES), que substituiu em janeiro de 2011 a extinta Secretaria de Educação à Distância (SEED-MEC), adota importante papel quanto à supervisão e instrução dos processos das IES que pretendam conseguir o ato administrativo autorizativo para ofertar e diplomar nos cursos à distância (LITTO, 2011).

Como lembram alguns estudiosos, deve-se dizer que a avaliação institucional não pode estar ligada à indicação de modelos e padrões únicos (MASETTO, 2004) e muito menos na expectativa de mercado, mas, sim, numa perspectiva sociopolítica crítica, em que a instituição de ensino superior priorize a produção do conhecimento, a crítica e os princípios democráticos, que visam ao desenvolvimento social, ao combate à exclusão e à ampliação da oportunidade de acesso (DIAS SOBRINHO, 2002).

Considerando que o processo de avaliação das IES devem ser externos e internos, Segenreich (2005) afirma que o processo de avaliação de uma universidade deve ser sério e transparente. Segundo Gonçalves (2012), para que a avaliação institucional colabore com IES na constante reavaliação de suas práticas e na reflexão sobre o seu papel na sociedade, é preciso que os sujeitos envolvidos no processo atuem por meio da adoção de fundamentos epistemológicos críticos, pois as posturas conservadoras que orientam as práticas avaliativas meritocráticas ou de controle não atendem plenamente as exigências de um projeto institucional transformador. A autora afirma que:

(...) para que a avaliação institucional colabore com as IES na constante reavaliação de suas práticas e na reflexão sobre o seu papel na sociedade é preciso que os atores envolvidos no processo atuem por meio da adoção de fundamentos epistemológicos críticos, pois as posturas conservadoras que orientam as práticas avaliativas meritocráticas ou de controle não atendem

plenamente as exigências de um projeto institucional transformador (GONÇALVES, 2012, p. 05).

Assim entendida, a avaliação não constitui um mecanismo de controle, mas um *locus* para a elaboração de diagnósticos que possibilitem a análise do desempenho global da instituição no que tange aos objetivos e fatores relacionados aos aspectos: social, econômico, político, cultural e ético oferecendo subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade e fortalecimento da instituição (BATISTA et al., 2013). E, consonante com as exigências educacionais atuais, “deixa de ter um caráter destituído de sentido e passa a ter uma dimensão reflexiva, crítica e emancipatória constituindo-se num importante instrumento que serve como indicador da qualidade do ensino e da instituição educacional” (GONÇALVES, 2012, p. 07).

Assim, mediante o exposto, é possível afirmar que a consolidação da EaD no Brasil só se dará quando os termos legais que instruem e garantem o seu padrão de qualidade forem cumpridos, concomitantemente com ampliação das pesquisas e produções acadêmicas por parte das IES, para que o seu desenvolvimento seja sustentável. (NETTO; GIRAFFA; FARIA, 2010). De acordo com Moran (2009):

EaD de qualidade é aquela que ajuda o aluno a aprender igual ao presencial. Não se mede isso pelo número de alunos envolvidos, mas pela seriedade e coerência do projeto pedagógico, pela qualidade dos gestores e educadores e mediadores (...). E também pelo envolvimento do aluno, se o aluno também está querendo aprender ou somente tirar o diploma. A educação à distância está se expandindo, sem dúvida, mas também afetando profundamente a educação como um todo. Num mundo conectado em redes, onde aumenta a mobilidade, a educação a distância hoje passou de uma modalidade complementar a ser eixo norteador das mudanças profundas da educação como um todo, principalmente no ensino superior (MORAN, 2009, p. 02, 09).

2.2 PERFIL, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO ALUNO DA EaD – UM SUJEITO ATIVO NO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

Observa-se que, nos últimos anos, junto com o desenvolvimento das TICs, a EaD também avançou, e grandes mudanças sociais ocorreram. Segundo Behar e Silva (2012), tais mudanças impactaram na Educação, modificando os espaços escolares, os ambientes de aprendizagem e os recursos utilizados para o ensino, bem como o perfil do aluno. Para as autoras, assim como o aluno na sala de aula precisa de competências que o façam atuar como um estudante, o aluno da EaD também necessita de competências para enfrentar suas dificuldades e descobrir as possibilidades tecnológicas. Segundo Schnitman (2010):

Quanto mais conheçamos sobre as características individuais e cognitivas do sujeito aprendente, melhor será o planejamento de qualquer estratégia pedagógico-didática, visto que esta poderá melhor adequar-se à diversidade em questão. Considerando que na educação *online* toda a interação ocorre através de uma interface digital, conhecer mais sobre as características individuais dos alunos virtuais poderá possibilitar uma melhor mediação do processo de ensino e aprendizagem (SCHNITMAN, 2010, p. 03).

Para Ferreira e Figueiredo (2011), conhecer o perfil dos alunos com que se vai trabalhar é de suma importância para que o professor consiga conduzir o grupo de forma satisfatória, adequando o ambiente virtual às suas necessidades. Se o professor conhece bem seus alunos, ele sabe quais temas eles dominam e compreende também as suas dificuldades. Assim, consegue planejar uma forma mais didática e eficaz de passar o conteúdo de suas aulas e, dessa forma, consegue atender aos anseios de seus alunos. Schnitman (2010) também destaca que é essencial conhecer os alunos para tornar melhor o processo ensino/aprendizagem:

Tratando-se do planejamento pedagógico para educação *online*, que envolve a utilização de: multimídia, hipertexto, hiperlinks, realidade virtual e telemática, o mapeamento das características individuais dos alunos pode oferecer maior

flexibilidade, personalização e interatividade (SCHNITMAN, 2010, p. 03).

Quanto à flexibilidade do tempo e espaço, pode-se dizer que é um dos grandes benefícios da EaD, pois o aluno pode estudar a qualquer hora e em qualquer local que ele prefira. Assim, ele tem autonomia para decidir a melhor forma de organizar seus estudos.

Em relação à personalização, segundo Gomes (2012), considera-se que o processo educativo começa com um aluno, suas habilidades, sonhos e dificuldades. Ele tem autonomia para fazer o *design* de seu aprendizado: escolhe o que estudar, de que forma, com que ferramentas e com qual grupo. Segundo a autora:

No ensino personalizado, as habilidades e competências dos estudantes são valorizadas. Por isso, as avaliações são baseadas naquilo que o aluno domina e o aluno pode ser convidado a expressar o que sabe por meio de um portfólio (GOMES, 2012).

Diferente da educação presencial, os alunos da EaD são responsáveis pelo próprio gerenciamento dos seus estudos, o que exige autonomia, disciplina e organização. O acesso ilimitado e rápido aos conteúdos exige desses alunos um perfil diferenciado dos alunos de cursos presenciais, sendo necessário, também, que eles tenham maturidade e que sejam centrados nos objetivos do curso, possuindo conhecimento mínimo sobre computadores e utilização das ferramentas da internet (FERNANDES, 2012). Já na educação presencial, o ritmo de aprendizado é ditado pelo professor, que vai definir o tempo e a organização do estudo. Além disso, não é exigido que um aluno presencial tenha domínio de computadores, porque esta não é sua ferramenta principal para o aprendizado.

Ferreira e Figueiredo (2011) afirmam que a educação à distância permite que o aluno atue na construção do próprio conhecimento, promovendo transformações sociais e éticas e preparando-se para atuar no mercado de trabalho. Schnitman (2010) concorda que, não raro, ele é um aluno que visa o mercado de trabalho e vê na EaD uma oportunidade de prosseguir nos seus estudos. Portanto, em geral, sua busca é resultado de uma decisão anterior de progressão profissional e, até por isso, ele encara

os desafios com maior concentração e disciplina que alguns alunos para quem os estudos ainda são uma atividade descompromissada da rotina cotidiana.

A EaD também requer, do aluno, flexibilidade, organização e entendimento de quais são as competências e os elementos que podem facilitar o seu processo de aprendizagem. É importante que o aluno compreenda que essa modalidade tem exigências diferentes das do ensino presencial, o que influencia sua forma de atuar. Como sujeito ativo no seu processo de aprendizagem, o aluno deve participar das discussões, refletir, dar opiniões e fazer questionamentos (BEHAR; SILVA, 2012).

Ainda sobre o perfil do aluno que tem a intenção de realizar seus estudos à distância, é essencial que o sujeito que escolhe essa modalidade de ensino saiba que, para ser um aluno EaD, é necessário ter um perfil com algumas características importantes. Fazendo um levantamento da literatura, podem-se destacar alguns estudos que discorrem não só sobre o perfil do aluno EaD, mas também sobre as habilidades e as competências necessárias para tal. Segundo o Guia do Aluno de EaD (2008), o aluno deve ser capaz de se automotivar, ser responsável pelo seu processo de aprendizagem, tendo seu ritmo de estudos, mas acompanhando a turma e obedecendo aos prazos estabelecidos. Além disso, é preciso que ele seja capaz de organizar o seu tempo de estudo, tenha autonomia na construção do seu conhecimento sabendo identificar temas sobre os quais tem maior ou menor domínio. Por fim, é essencial que ele interaja com os colegas, mantendo boas relações com tutores e professores, expondo seus anseios e buscando superar suas dificuldades.

Behar e Silva (2012), em estudo com abordagem quantitativa-qualitativa, fizeram um mapeamento de competências necessárias aos alunos da EaD, destacando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes dos mesmos. O mapeamento final foi constituído por doze competências, dentre as quais algumas já foram citadas anteriormente: organização, administração do tempo, flexibilidade, planejamento, autonomia, fluência digital (uso da tecnologia) e presencialidade virtual. As autoras também destacam a comunicação, que deve ser clara e objetiva, e a reflexão, que se refere à análise crítica das situações e ao modo de agir do aluno. Também são citadas a autoavaliação, que é compreender o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem para colaborar ou avaliar as ativida-

des propostas, e a automotivação, que é manter a motivação do próximo e a própria, incentivando o outro nos estudos, tendo uma postura ativa e participativa. Por fim, as autoras chamam a atenção para uma última competência, o trabalho em equipe:

(...) contempla as relações intra e interpessoal, as quais permitem ao sujeito expressar e comunicar, de modo adequado, seus sentimentos, desejos, opiniões e expectativas. Além disso, evidencia condutas interpessoais, destreza para interagir com outras pessoas de forma socialmente aceitável e valorizada, podendo, assim, trazer benefícios aos participantes nos momentos de interação (BEHAR; SILVA, 2012, p. 09).

Em estudo de revisão bibliográfica, Fernandes (2012) destaca que o aluno que busca a EaD se interessa pelas vantagens oferecidas, que permitem a eliminação de barreiras de espaço e tempo, a economia de recursos financeiros, a flexibilidade e a acessibilidade. O autor concorda com outros estudos quanto ao fato de que o aluno de EaD tem mais autonomia e capacidade para melhor administrar suas atividades.

Segundo Konrath, Tarouco e Behar (2009), o aluno precisa estar comprometido e organizar seu tempo e seus estudos para que seu processo ensino/aprendizagem tenha sucesso. O aluno tem que ter uma postura ativa, e não passiva. É preciso não só que ele acesse com frequência a plataforma virtual de aprendizagem, mas também deve usufruir dos materiais disponíveis e das ferramentas *online*, e deve interagir com todo o grupo, sejam colegas de turma, tutores virtuais ou presenciais, ou professores.

A respeito da interatividade, Barros (2010) afirma que ela não só ocorre entre alunos, entre aluno e material, alunos e tutor, alunos e instituição de ensino, mas também entre os demais elementos que compõem o universo do aluno (história de vida, família, trabalho, etc.). Diante dessa diversidade, é preciso atenção para valorizar as diferenças, estimular ideias, opiniões e atitudes, desenvolver a capacidade de aprender a aprender. Segundo a autora:

Com relação a este conceito [interatividade] pode-se acrescentar a característica da bidirecionalidade do processo, onde o

fluxo se dá em duas direções e os agentes (emissor e receptor) dialogam entre si durante a construção da mensagem (BARROS, 2010, p. 04).

No artigo citado, afirmam Konrath, Tarouco e Behar (2009):

Os atores envolvidos (professores, tutores e alunos) na prática pedagógica de EaD precisam ter competências e habilidades mínimas, os primeiros para atuarem de forma qualificada, e o aluno como forma de obter êxito em sua aprendizagem (KONRATH; TAROUCO; BEHAR, 2009, p. 05 – grifo nosso).

No que se refere à competência, diz-se que um sujeito é competente quando ele tem capacidade de realizar alguma tarefa que lhe foi incumbida, de forma eficaz e com eficiência. Para as autoras, ser competente significa:

(...) ter condições de julgar, avaliar e ponderar para solucionar problemas ou decidir entre opções. O sujeito precisa ter conhecimentos que lhe permitam resolver ou enfrentar com sucesso uma determinada situação. Desta forma, é preciso que o mesmo utilize de seus conhecimentos ou saiba como buscá-los para utilizá-los em momentos que estes sejam necessários (KONRATH; TAROUCO; BEHAR, 2009, p. 06).

As autoras ainda associam a palavra “habilidade” ao conceito de competência. Ser hábil quer dizer que o sujeito tem capacidades e características, como um conhecimento adquirido, que lhe permitam ser competente:

Ela [competência] é o conjunto de atitudes, aptidões, capacidades, habilidades e conhecimentos que habilitam o sujeito para vários desempenhos da vida. As competências pressupõem operações mentais, ou seja, capacidades para usar as habilidades adequadas à realização de tarefas e conhecimentos. Logo, entende-se nesta abordagem que, para ser competente é preciso saber-conhecer, saber-fazer, saber-conviver e saber-ser. As habilidades devem ser desenvolvidas na busca de competências. São definidas como capacidade relacionada ao saber-fazer de

forma física ou mental determinada atividade (KONRATH; TAROUCO; BEHAR, 2009, p. 06).

Konrath, Tarouco e Behar (2009), a partir de experiências teórico-práticas, realizaram um estudo e também fizeram um levantamento de competências mínimas necessárias ao aluno da EaD. As competências foram separadas por domínios: organizacional, técnico e comunicativo. O primeiro refere-se a características já citadas, como auto-organização, responsabilidade por seus estudos, interação com o grupo. E o autor acrescenta a postura ativa, criativa e comprometida do aluno. Já o domínio técnico envolve as ferramentas tecnológicas utilizadas. Por fim, o domínio comunicativo diz respeito à participação, aos questionamentos e às reflexões dos alunos.

Consolidando as informações sobre o perfil dos alunos da EaD destacados nos estudos aqui citados, cabe ainda revelar alguns dados do Censo EaD Brasil 2012. O censo foi realizado com objetivo de disponibilizar informações quantitativas sobre as atividades de EaD no Brasil, abrangendo todos os níveis educacionais do sistema formal de ensino e de diversas iniciativas de ensino não-formal. Segundo o censo, buscou-se:

(...) criar sinergia no ambiente acadêmico da EAD; provocar discussões e incentivar o planejamento de ações para solucionar problemas comuns à comunidade de EAD; municiar pesquisadores e interessados em EAD com informações para seleção e aprofundamento de estudos nos mais diversos temas relacionados à EAD; promover a integração e o diálogo entre instituições de ensino, governos, órgãos de regulação, associações e representantes dos atores do ambiente da EAD (CENSO EAD BRASIL, 2012, p. 30).

Sobre o perfil dos alunos da EaD, na Tabela 1, pode-se observar que a maioria dos alunos é do sexo feminino, exceto nos cursos corporativos. Entende-se por cursos corporativos aquelas empresas que têm projetos de educação corporativa à distância, que estão envolvidas com o ambiente da EaD, que são listadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e por serem indicadas por instituições representativas de classe, como a Associação Brasileira de Educação Corpo-

rativa (ABEC) e a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH).

Tabela 1: Distribuição dos alunos de cursos EaD no período 2011-2012, segundo o sexo.

Tipo de curso	Masculino		Feminino	
	2011	2012	2011	2012
Autorizados	43%	45%	57%	55%
Livres	43%	45%	57%	55%
Corporativos	52%	56%	48%	44%
Disciplinas	43%	49%	57%	51%

Fonte: CENSO EaD BRASIL, 2012, p.92

Percebe-se que as porcentagens de homens e mulheres encontram-se próximas. Em relação à idade dos alunos, pode-se observar a Tabela 2. Em 2012, a idade da maioria dos alunos, nos cursos autorizados e disciplinas de EaD, em cursos autorizados, ficou entre 18 a 30 anos (50%) e 31 a 40 anos (43%). A maioria dos alunos entre 18 e 30 anos estava na graduação (33%) e em ensino profissionalizante (24%). A maioria dos alunos entre 31 a 40 anos estava em curso superior de graduação (33%) e superior de pós-graduação (34%). Em relação aos cursos livres não-corporativos, a maioria das respostas indica que os alunos estão na faixa de 18 a 30 anos (59%) e 31 a 40 anos (37%). Nos cursos livres corporativos, a maioria está entre 31 a 40 anos (65%), seguida de grande parte entre 18 a 30 anos (25%).

Tabela 2: Perfil etário dos educandos dos cursos EAD das instituições em 2012, segundo o nível/tipo de curso

Cursos		Nível	Idade média dos educandos			
			Menor de 18 anos	Entre 18 e 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Maior de 40 anos
Autorizados / Reconhecidos	Não corporativo	Ensino fundamental	5	4	5	0
		Ensino médio	1	16	4	0
		Ensino profissionalizante	0	20	12	3
		Superior – Graduação	0	27	23	1
		Superior – Pós-graduação	0	7	24	5
		Disciplinas obrigatórias em qualquer nível	0	8	2	0
		Ensino fundamental	0	1	0	0
	Corporativo	Ensino médio	0	1	1	0
		Ensino profissionalizante	0	3	2	0
		Superior – Graduação	0	3	7	0
		Superior – Pós-graduação	0	3	11	3
		Disciplinas obrigatórias em qualquer nível	0	2	2	1
Livres	Não-corporativos	2	40	25	1	
	Corporativos	1	10	25	4	
Informação não-disponível			77			

Fonte: CENSO EAD BRASIL, 2012, p. 93

Em relação ao perfil ocupacional, pode-se observar a Tabela 3. No ano de 2012, a maioria dos alunos estudava e trabalhava. Nos cursos autorizados não-corporativos, os alunos de pós-graduação ficaram com a maior porcentagem, 84,53%, e 100% nos cursos autorizados corporativos. Nas disciplinas em EaD, a maioria também trabalha (68,3%). Nos cursos livres, a maioria estuda e trabalha, sendo 74,79% nos corporativos e 89,69% nos não-corporativos.

Tabela 3: Perfil ocupacional dos educandos dos cursos EAD das instituições em 2012, segundo o nível/tipo de curso

Cursos		Porcentagem de educandos quanto à sua ocupação					
	Nível	Somente estuda	Estuda e trabalha	Estuda e está desempregado	Não se aplica	Informação não disponível	
		Autorizados / Reconhecidos	Não corporativo	Ensino fundamental	26,93%	50,93%	17,50%
Ensino médio	15,25%			65,60%	13,50%	129	86
Ensino profissionalizante	11,04%			72,50%	12,50%	116	95
Superior – Graduação	12,73%			75,83%	8,27%	100	105
Superior – Pós-graduação	9,18%			84,53%	6,29%	113	105
Disciplinas obrigatórias em qualquer nível	28,33%			68,33%	3,33%	131	101
Corporativo	Ensino fundamental		0%	100%	0%	144	89
	Ensino médio		0%	100%	0%	145	88
	Ensino profissionalizante		10,00%	83,33%	6,67%	144	88
	Superior – Graduação		5,00%	94,33%	0,67%	143	89
	Superior – Pós-graduação		6,83%	89,67%	3,50%	136	93
	Disciplinas obrigatórias em qualquer nível		0%	100%	0%	142	91
Livres	Não-corporativos	12,30%	74,79%	12,91%	76	112	
	Corporativos	6,31%	89,69%	4,00%	105	101	

Fonte: CENSO EAD BRASIL, 2012, p. 94.

2.3 O ALUNO DA EAD E OS PROCESSOS AVALIATIVOS – SUA IMPORTÂNCIA NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Considerando que os processos avaliativos fazem parte do processo de construção do conhecimento e servem para propor melhorias e planejar as ações educativas de forma mais eficaz, cabe destacar aqui alguns dos principais atores envolvidos nesse processo: alunos, tutores e professores. Como o foco do presente estudo é o perfil do aluno da EaD, faz-se mister entender a importância de se conhecer esse aluno, como já destacado anteriormente, mas também entender essa importância no processo de Avaliação Institucional.

Frizzo (2003) define a Avaliação Institucional como sendo um programa educativo utilizado como exercício da democracia. Ela pode ser um importante recurso para implementar uma dinâmica transformadora, que é exigida pelos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pela gestão universitária. Segundo a autora:

(...) um programa de avaliação é uma construção coletiva que produz as condições teóricas e as ações correspondentes que se cumprem com vistas a objetivos socialmente desejados. Um programa de Avaliação Institucional deve inevitavelmente ter caráter pedagógico e passar a fazer parte das estruturas permanentes e do cotidiano pedagógico das instituições, tendo como agentes nucleares os sujeitos do próprio processo educativo: os alunos, os docentes, os servidores técnicos e administrativos e os gestores (Projeto de Avaliação Institucional) (FRIZZO, 2003, p. 03).

Segundo Gomes (2014), comumente, a avaliação é vista como algo que se refere somente ao aluno. Entretanto, sabe-se que a avaliação deve ir muito além, deve ser completa e se referir não só ao aluno, mas também ao curso, se estendendo ao sistema como um todo – são as avaliações institucionais. Para a autora:

Isso é importante porque a aprendizagem sofre influência de diversos fatores. Material disponível no prazo, impressão de qualidade, textos claros, propostas de atividades contextualizadas, tudo isso influencia a aprendizagem dos alunos. Portan-

to, o projeto de curso, os conteúdos, a metodologia, os professores e os tutores precisam também ser avaliados, tanto quanto os alunos (GOMES, 2014, p. 140).

Como citado anteriormente, a Avaliação Institucional torna-se essencial ao processo de planejamento e gestão da EaD, sendo seus resultados utilizados como subsídios para a tomada de decisão e promoção de mudanças nas práticas educativas. Nesse contexto, citam Azevedo e Sathler (2008):

(...) a participação da comunidade e a clareza dos objetivos legitimam a avaliação e comprometem os atores nela envolvidos na fundamentação do processo decisório, permitindo busca de alternativas, correção de rumos e transformação da realidade (AZEVEDO; SATHLER, 2008, p. 09).

Pode-se entender, dessa forma, que os atores envolvidos nos processos avaliativos precisam estar comprometidos com o processo. Avaliar de forma fidedigna, com responsabilidade e sinceridade, é essencial, pois assim os atores se tornam também responsáveis pelas transformações necessárias.

Fonseca (2014) afirma que, nos debates sobre processos avaliativos na educação brasileira, a avaliação educacional tem sido bem focada e as questões debatidas revelam que é necessário adequar as práticas de avaliação à sociedade do conhecimento. Entende-se por sociedade do conhecimento:

(...) o principal recurso para produção e o principal recurso para criação de riqueza, prosperidade e bem estar para a população. Por esta razão, o investimento em capital intangível, humano e social é reconhecido como o mais valioso recurso para criação de riqueza. Isto é determinado não pela força de trabalho em si, mas sim em nível científico pelo progresso tecnológico e pela capacidade de aprendizagem das sociedades (texto colhido do site <<http://www.eulaks.eu/concept.html>>, sem indicação de autoria).

Essa adequação das práticas avaliativas exige que os professores

repensem suas atitudes, partindo das concepções que sustentam suas práticas. Segundo Fonseca (2014).

Acreditamos que as novas tendências pedagógicas apontam para uma avaliação transformadora e abrangente que envolve todo processo educativo, alicerçada na reflexão, na investigação, visando promover mudanças na prática educativa (...) (FONSECA, 2014).

Considerando o processo avaliativo como um todo, pode-se afirmar que conhecer o perfil do aluno da educação à distância contribui de forma significativa, pois a comunicação constante do educando com a Instituição, seja com professores tutores, assessoria pedagógica de EaD, atendimento telefônico ao aluno e outros meios de comunicação possíveis, tem propiciado um processo permanente de acompanhamento e avaliação, correção de rumos e adoção de novas estratégias (AZEVEDO; SATHLER, 2008).

No contexto da Avaliação Institucional, o aluno é um ator de suma importância, pois é nesse momento que ele pode expor sua opinião, refletir sobre suas satisfações e insatisfações com a instituição, dar sugestões e propor melhorias no processo educativo. Assim, entendendo a importância da Avaliação Institucional no contexto da EaD, e percebendo que o aluno é um ator essencial nesse processo avaliativo, pode-se dizer que ele é um sujeito ativo, co-responsável pela Avaliação Institucional e, conseqüentemente, pela melhoria da qualidade do ensino nessa modalidade.

O aluno, sendo um sujeito inserido na instituição, é capaz de identificar aspectos da dinâmica institucional a partir de uma visão diferenciada, como aprendiz e principal interessado num processo ensino/aprendizagem eficiente e cada vez mais eficaz. A partir da reflexão que ele faz durante um processo avaliativo, suas perspectivas são reveladas e são obtidos resultados com uma riqueza enorme de informações e significados, muitas vezes capazes de alterar propostas, evitar evasão, aumentar a satisfação e, até mesmo, consolidar o desejo de permanecer na instituição para a continuidade da educação.

Então, conhecer o perfil de um sujeito que também é responsável por avaliar a instituição na qual estuda certamente pode ajudar a com-

preender os resultados obtidos com essa avaliação. Assim, interpretando melhor tais resultados, estes se tornarão subsídios mais confiáveis para se traçar um planejamento melhor do curso, além de contribuir para corrigir os rumos traçados e, ainda, construir cursos mais focados nas aspirações dos que os procuram – o que otimiza o processo. Ora, se isso funciona, os resultados são melhores e o índice de aprovação da IES aumenta – o que influi positivamente na sua Avaliação Institucional.

É claro que, para que isso aconteça a contento, é preciso que o aluno se comprometa com o processo avaliativo, agindo responsável, crítica e honestamente. Se a Instituição consegue dele essa parceria, será possível buscar melhorias nos seus cursos, tornando-a mais adequada às características de seus usuários e cada vez mais eficiente para ofertar um ensino de qualidade a toda população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da AI, o sujeito ativo é o aluno da EaD, que possui algumas particularidades diferentes de um aluno presencial. Ao analisar o perfil do mesmo, as competências e habilidades necessárias para esse aluno estudar à distância, chegou-se à conclusão de que ele deve ser um sujeito organizado, responsável, ter autonomia e postura ativa e participativa no ambiente virtual, além de possuir automotivação, saber trabalhar em equipe e interagir com os outros sujeitos – colegas, professores e tutores. Segundo o Censo EaD Brasil 2012, a maioria dos alunos EaD é mulher, tem idade entre 18 e 30 anos, estuda e trabalha ao mesmo tempo.

Cabe destacar, ainda, um fato interessante quanto aos alunos que ingressam pela primeira vez na educação à distância. Muitos deles desconhecem as exigências que advêm desta modalidade de ensino, acham que é uma modalidade mais fácil e, por ser mais flexível, que há menos cobrança por parte do professor. Por esse motivo, pode acabar existindo uma discrepância entre as expectativas do aluno e a realidade que o espera (GUIA DO ALUNO ONLINE, 2008).

Schnitman (2010) ainda destaca que os alunos da EaD são sujeitos diferenciados, e destaca a importância de se conhecer seu perfil:

A educação online pressupõe o auto-estudo e disciplina, e oportuniza educação para as mais diversas classes sociais.

Assim, considerando que os alunos da EaD certamente possuem origens, culturas, hábitos e experiências diferenciadas, conhecer o perfil deste aluno abre possibilidades de se adequar o planejamento e a didática do ensino às necessidades dos envolvidos (SCHNITMAN, 2010, p. 03).

Sobre as diferenças entre um aluno presencial e um aluno da EaD, cabe aqui uma reflexão. Pode-se dizer que, entre eles, as diferenças fundamentais estão na questão do acompanhamento, no relacionamento interpessoal professor/tutor-aluno e na dimensão tempo-espaço do processo ensino/ aprendizagem. A ausência física do professor na EaD torna o momento de estudo uma escolha do aluno, pois ele tem a flexibilidade para escolher seu melhor horário de estudo; por outro lado, quando o professor/tutor faz suas explanações no ambiente virtual, num fórum, por exemplo, pode parecer que ele está “falando para um vazio”, já que não há o contato e a presença física do aluno. Não tem como o professor/tutor saber se está explicando com clareza ou se o assunto está despertando interesse. Não é possível mensurar esse aspecto pois o professor/tutor não vê o estudante presencialmente, não acompanha suas reações faciais, sua postura corporal. Ele pode ministrar, por escrito, uma ótima aula no ambiente virtual, mas não vai saber se o efeito provocado foi o desejado por ele. E, se houver dúvidas, só será possível sabê-las algum tempo depois, quando os alunos escreverem no ambiente virtual. Mas, aí, já se perdeu o “*time*” da aula e, não raro, o professor já está num outro momento. E, de forma semelhante, isso vai acontecer com o aluno: quando o professor lhe responder a dúvida, ele, provavelmente, já terá seguido para outro assunto e estará em outro raciocínio.

Em termos de postura ideal, pode-se dizer que é pequena a diferença entre o que se espera dos alunos presenciais e não-presenciais; que se ele é dedicado, organizado e tem disciplina, vai ser um bom aluno em qualquer modalidade. Mas também é verdade que, em termos mais factuais, considerando mais a realidade empírica do adulto trabalhador da realidade brasileira, o processo da Avaliação Institucional, ao proporcionar uma reflexão integral (de todos os aspectos) da Instituição de Ensino, pode facilitar o caminho desse aluno de EaD detectando suas dificuldades, enxergando a realidade dos cursos pelo seu ponto de vista, compreendendo seus pontos fracos e consolidando os aspectos positiva-

mente avaliados. Em suma, conhecendo o perfil do aluno EaD, pode-se compreender melhor suas expectativas e motivações, assim como suas dificuldades e insatisfações podem ser reveladas durante um processo avaliativo. E reforça Schnitman (2010):

O mapeamento do perfil do aluno da educação online pode contribuir para a concepção de modelos de ambientes de aprendizagem virtual, a criação de estratégias didático-pedagógicas, assim como para a criação de processos avaliativos adequados, diminuindo, quem sabe, a evasão (SCHNITMAN, 2010, p. 02).

A partir dos pressupostos teóricos analisados, cabe destacar que a importância da Avaliação Institucional no contexto da Educação à Distância é, certamente, inquestionável. Ela é essencial na busca pela qualidade e excelência acadêmicas, sendo, portanto, um indicador de qualidade para a modalidade no Brasil.

Sendo assim, compreender quem é um dos sujeitos responsáveis por realizar, de fato, essa Avaliação Institucional, certamente pode ajudar a interpretar melhor os resultados obtidos nesse processo e, consequentemente, planejar melhor as ações que objetivam alcançar a qualidade no ensino. Por outro lado, também é importante destacar que a instituição reconheça que a participação do aluno é vantajosa para ela. Sendo ele o principal foco do processo de ensino-aprendizagem, ninguém melhor para oferecer um “feedback” do funcionamento interno do curso, realidade que ele vivencia e que outros apenas administram. Reconhecer a validade do seu papel de avaliador, tomar a sério os resultados objetivos e torná-los objeto de análise só trará ganhos para a IES avaliada. Em contrapartida, se os dados colhidos são ignorados, tratados como mera praxe para atender às exigências do MEC, a IES perde importante aliado na consolidação da qualidade dos serviços que oferece.

Por fim, com relação ao papel da Avaliação Institucional como agente e como um indicador de qualidade para a modalidade de Educação à Distância no Brasil, cabe reafirmar aqui que, considerando que cada instituição é única, possui particularidades e vivencia realidades diferentes umas das outras, certamente os resultados de seus processos avaliativos se mostrarão diferenciados e serão específicos para cada instituição. No

entanto, independente da instituição e da modalidade de educação oferecida, seja pública ou privada, presencial ou à distância, é essencial garantir que o objetivo final dessa AI seja alcançado: a busca por melhorias para garantir a qualidade da educação brasileira.

Dessa forma, esse processo avaliativo deve fornecer informações fidedignas e deve ser realizado por sujeitos responsáveis e comprometidos, pois só assim os resultados servirão de subsídios confiáveis para planejar melhor as ações pedagógicas nas instituições. Assim, para garantir a qualidade do ensino e da instituição, avaliar é essencial, e as IES devem zelar pela prática de uma avaliação que vise a produção do conhecimento e de um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. B. de; SATHLER, L. Avaliação institucional – relevância e usos na EAD. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - CIAED, 14., 2008, Santos. **Anais...** Santos: ABED, 2008. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008124132PM.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.

BARRETO, L. S. Educação a distancia - perspectiva histórica. **Estudos**, Brasília: v. 17, n. 26, p.15-22, nov.1999.

BARROS, M. A. Ferramentas interativas na educação à distância: benefícios alcançados a partir da sua utilização. In: EPEAL - ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM ALAGOAS, 5.; 2010, Maceió. **Anais...** Maceió, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/FERRAMENTAS-INTERATIVAS-NA-EDUCACAO-A-DISTANCIA-BENEFICIOS-ALCANCADOS-A-PARTIR-DA-SUA-UTILIZACAO.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

BATISTA, M. A. et al. Avaliação institucional no ensino superior: construção de escalas para discentes e docentes. **Avaliação**, Campinas, 2013, v.18, n.1, p. 201-218. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 25 set. 2014.

BEHAR, P. A.; SILVA, K. K. A. da. Mapeamento de competências: um foco no aluno da Educação à Distância”. 2012. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56370/000860556.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 set. 2014.

BERTOLIN, Júlio C. G.; MARCHI, A. C. B. de. Instrumentos para avaliar disciplinas da modalidade semipresencial: uma proposta baseada em sistemas de indicadores. **Avaliação**, Campinas, 2010, v.15, n. 3, p. 131-146. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n3/07.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República: Casa Civil: SAJ, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Decreto nº 6.303 de 12 de dezembro de 2007**, Brasília: Presidência da República: Casa Civil: SAJ, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm>. Acesso em: 02 out. 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 30 out. 2014.

CENSO EAD BRASIL. **Relatório Analítico da Aprendizagem à Distância no Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/>>

censoead/censoEAD.BR_2012_pt.pdf> . Acesso em: 18 out. 2014.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

FERNANDES, P. F. O ideal e o real no perfil de tutores e alunos da educação à distância: uma discussão prévia sobre a importância do tutor no processo da EaD. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, dez. 2012. Disponível em: <www.gestoesaude.unb.br/index.php/gestoesaude/article/.../311/pdf>. Acesso em: ago. 2014

FERREIRA, A. da; FIGUEIREDO, M. A. Perfil do Aluno da educação a distância no curso de didática do ensino superior. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 17., 2011. Manaus. **Anais...** Manaus: ABED, 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/7.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

FONSECA, J. J. S. da. **Avaliação da aprendizagem em EaD**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/cursoavancadoemead/avaliacao-em-ead>>. Acesso em: 18 out. 2014.

FRIZZO, M. A importância da avaliação institucional para a melhoria da qualidade de ensino - a experiência de uma instituição de ensino superior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23., 2003, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0208_1317.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

GOMES, P. Diferenciar, individualizar e personalizar o ensino. **Porvir**, 2012. Disponível em: <<http://porvir.org/porpensar/diferenciar-individualizar-personalizar-ensino/20120822>>. Acesso em: 12 out. 2014.

GOMES, S. G. S. Avaliação da aprendizagem. **E-Tec Brasil**, Disponível

em: <http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Anexos/Eventos_modulo_I/topico_ead/Aula_10.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

GONÇALVES, I. G. de C. A importância da avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional para a qualidade do ensino superior no Brasil. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - EPCT – ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA, 7., 2012, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, 2012. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vii_epct/PDF/CIENCIAS_HUMANAS/Pedagogia/11_5_IgonalvesartigoCompleto.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2014.

GUIA DO ALUNO ONLINE, 2008. Disponível em: <http://www.moodlemais.com.br/file.php/1/Biblioteca/Guia_do_Aluno_de_EAD.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2014.

JESUS, D. P. de; SANABIO, M. T.; MENDONÇA, R. S. **Pensando a avaliação institucional no ensino superior**: desafios e perspectivas para adequação a um curso a distância. 2013. Disponível em: <<http://www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/poster/AT5/112789.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

KONRATH, M. L. P.; TAROUCO, L. M. R.; BEHAR, P. A. Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD. **Revista Renote – Novas Tecnologias em Educação** v. 7, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=KONRATH%2C+M.+L.+P.%3B+TAROUCO%2C+L.+M.+R.%3B+BEHAR%2C+P.+A.+Compet%3A+desafios+para+alunos%2C+tutores+e+professores+da+EaD&btnG=&hl=pt-PT&as_sdt=0%2C5>. Acesso em: 03 ago. 2014.

LIMA, da C. B. P. L.; FARIA, J. G. Avaliação institucional da EaD: reflexões e apontamentos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO E II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO – ANPAE, 25., 2., 2011, São

Paulo. **Anais...** São Paulo: PUCSP; USP, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0122.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

LITTO, F. M. **A visão da ABED sobre a extinção da SEED-MEC.** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/noticias_ead/460/2011/02/a_visao_da_abed_sobre_a_extincao_da_seed_mec>. Acesso em: 29 out. 2014.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAIA, M. de C.; MENDONÇA, A. L.; GÓES, Paulo. Metodologia de ensino e avaliação de aprendizagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 12, 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABED, 2005. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/206tcc5.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MASETTO, M. **Auto-avaliação em cursos de pós-graduação: teoria e prática.** Campinas: Papirus, 2004.

MORAN, J. M. Modelos e avaliação do ensino superior à distância no Brasil. **ETD – Educação Temática**, Unicamp, v.10, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/modelos1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2014.

SOBRENOME NETTO, Carla; GIRAFFA, Lucia M. M.; FARIA, Elaine T. **Graduações à distância e o desafio da qualidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/graduacoes.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

NISKIER, A. **10 anos de LDB: uma visão crítica.** Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2007.

NUNES, R. C. A avaliação na educação à distância é inovadora? Uma reflexão. **Est. Aval. Educ.** v. 23, n. 52, p. 274-299, 2012. Disponível em:

<<http://educa.fcc.org.br/pdf/eae/v23n52/v23n52a15.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SCHNITMAN, I. M. O perfil do aluno virtual e as teorias de estilos de aprendizagem. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 3., 2010, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simpósio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Ivana-Maria-Schnitman.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

SEGENREICH, S. C. D. O PDI como referente para avaliações de educação superior: lições de uma experiência. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v.13, n. 47, p. 149-168, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n47/v13n47a03.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

SILVA, A. L. da; GOMES, A. M. **Avaliação institucional no contexto do SINAES: a CPA em questão**. Campinas, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a05>>. Acesso em: 11 maio 2014.

SINDER, M. Introdução à avaliação da aprendizagem e à avaliação institucional. **Planejamento, implementação e gestão da EaD**. UFF. Disciplina avaliação da aprendizagem e institucional, 2014. Disponível em: <<http://pigead.lanteuff.org/mod/folder/view.php?id=64>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SORDI, M. R. L. de. Alternativas propositivas no campo da avaliação: por que não? In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (Org.). **Temas e textos em metodologia do ensino superior**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

TURRA, C. M. G. et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11. ed. Porto Alegre: Sagra, 1988.

ZÍLIO, C.; MACHADO, B. L. Experienciações em EaD: uma reflexão autonetnográfica sobre a educação online. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EAD – EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES, 6., 2012, Florianópolis.

Anais... Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <<https://ead.ufsc.br/seminario2012/files/2012/04/Anais-vers%C3%A3opreliminar-.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

Recebido em: 10/07/2015
Aprovado em: 30/07/2015